

SXC.HU

Cadeia da cafeicultura busca produtividade e qualidade

Retrospectiva de um ano positivo

Silas Brasileiro*



Há pouco mais de um ano, tive a honra de assumir a presidência executiva do Conselho Nacional do Café (CNC), a convite consensual de nossos conselheiros diretores. O objetivo era unir esforços com todos os elos da cadeia produtiva, entidades parceiras e governos federal e estaduais. O desafio estava em estruturarmos uma cafeicultura sustentável em seu tripé econômico, ambiental e social.

Como é prazeroso fazermos a retrospectiva desse tempo e notarmos as conquistas que alcançamos! O primeiro destaque coube à retomada das reuniões do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) e de seus comitês diretores, que, há praticamente três anos, não se reuniam para traçar os caminhos da cafeicultura nacional. Houve a estipulação de uma agenda positiva para o agronegócio e, principalmente, a unificação das propostas de políticas estratégicas do setor para o governo federal.

Também tivemos a imensa satisfação em ver os esforços do governo brasileiro, em parceria com a iniciativa privada, reconhecidos por todos os países membros da Organização Internacional do Café (OIC), ainda no final de 2011, em Londres, na Inglaterra. Apresentamos argumentos convincentes, de modo que as demais candidaturas foram retiradas e o brasileiro Robério Silva foi aclamado novo diretor executivo da entidade máxima da cafeicultura mundial. A ideia era destacar o papel da OIC na busca por um mercado global economicamente sustentável, a fim de ajudar a combater a pobreza no mundo.

Além disso, na rodada de reuniões de setembro deste ano, o Brasil, em mais uma ação bem sucedida do governo federal,

em conjunto com o estado de Minas Gerais e toda a cadeia produtiva do café, obteve o direito de sediar as celebrações do cinquentenário e as reuniões da OIC, em 2013, na capital mineira Belo Horizonte.

Nesse pacote de conquistas conjuntas, também está a aprovação da Medida Provisória 545. Unimos esforços, em especial com as áreas de exportação e da indústria. Dessa maneira, junto ao trabalho de nossos representantes no Congresso Nacional, conseguimos uma nova tributação, que veio corrigir sobremaneira as distorções até então existentes na incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na cadeia produtiva do café.

O reflexo dessa união ficou evidenciado com a assinatura de uma carta conjunta, na qual a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), o Conselho Nacional do Café e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura tornaram público o seu posicionamento em relação a questionamentos de que a aprovação da MP 545 elevaria os preços do café ao consumidor final. Na oportunidade, destacamos:

"Os preços do café torrado e moído para os consumidores não sofrerão aumento em decorrência da Medida Provisória (...). A prova de que a aprovação da MP 545 não influenciará os preços do café no varejo está no fato desta medida estar em vigor (...) e nenhuma indústria ter corrigido seus preços em função da nova tributação".

Afloramos a intenção de unir esforços em prol da cafeicultura brasileira ao desenvolvermos o plano diretor do CNC, que contou com o apoio da Comissão Nacional do Café da CNA e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Assim, tornamos públicos objetivos e intenções para que todos possam trabalhar conosco cientes de nossos anseios. E, exatamente ao encontro disso, houve a consolidação do plano plurianual, estruturado pelo Governo com base nas demandas e sugestões encaminhadas pela iniciativa privada, como o nosso plano diretor.

A partir desse documento conjunto, passou-se a pensar a cafeicultura brasileira de forma planejada, por intermédio de iniciativas e trabalhos estruturados. Sempre vislumbramos o futuro da atividade com sustentabilidade social, ambiental e econômica, criando postos de trabalho, preservando o meio ambiente e, em especial, gerando renda para todos os atores, principalmente para o produtor, o elo mais fraco dessa corrente.

Já a partir do pensado inicialmente no plano plurianual e como reflexo da retomada das reuniões do CDPC, obtivemos um dos maiores volumes de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), voltado à linha de estocagem: R$ 1,5 bilhão. Essa dotação veio do entendimento sobre a necessidade de se proporcionar um melhor ordenamento das vendas de uma safra cheia, como a 2011/12, de 50,48 milhões de sacas de 60 quilos. É o maior volume da história, mas que servirá apenas para honrar os compromissos com o consumo interno e as exportações, não gerando excedentes.



SXC.HU

Deve-se destacar, ainda, o retorno do CNC às reuniões da OIC, da Associação 4C e, também, o ingresso como membro da Frente Parlamentar da Agropecuária. Sem dúvida, a participação nesses colegiados deixou-nos mais próximos de todo assunto que envolva café no Brasil e no mundo; melhor do que isso, ainda, deixou-nos com o direito de nos posicionar sobre o que pensamos ser o melhor para a cadeia, em especial para o cafeicultor.

Não obstante, a aproximação aos governos estaduais é uma realidade de sucesso. Esse estreitamento de contato com Minas Gerais possibilitou a criação do Fundo Estadual do Café, o Fecafé. O seu objetivo é dar suporte financeiro a planos, programas, projetos e ações relacionados à cadeia produtiva mineira, com as funções programáticas de financiamento e de garantia em operações de crédito ou em instrumentos de cooperação financeira. A finalidade é dar respaldo aos programas e projetos de desenvolvimento sustentável do setor. Eis uma grande conquista!

Cientes que somos da transferência da informação a produtores e cooperativas, passamos a distribuir o balanço semanal do CNC, no qual apontamos os trabalhos realizados e passamos orientações referentes ao mercado. O conteúdo é preparado por meio de nossas assessorias de comunicação e técnica junto à presidência executiva. Essa foi uma medida mais do que acertada, haja vista a repercussão alcançada e o poder de penetração que o Conselho Nacional do Café adquiriu nas mídias impressa, televisiva, online e também nas redes sociais.

Além disso, dinamizamos a navegação em nosso site – http://www.cncafe.com.br –, tornando-o mais atrativo e, também, temos destacado nossos principais trabalhos através de *releases* à imprensa, os quais estreitam nosso relacionamento com os profissionais do Jornalismo e permitem que alcancemos um leque ainda maior de divulgação, fazendo com que nossas informações cheguem ao maior número de produtores possível. E, nesse contexto, realizamos este caderno especial destinado ao café em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), na ***Revista Agroanalysis***, para o qual os convido à leitura, para que entendam um pouco mais sobre nossos objetivos e trabalhos e confiram análises de especialistas sobre mercado, custos de produção e todo o contexto atual da cafeicultura brasileira e mundial.

*Presidente executivo do Conselho Nacional do Café

Plano de desenvolvimento para 2012/2015

O documento tem como foco a cafeicultura de pequeno porte, que, diante dos níveis baixos de produtividade atuais, possui maior possibilidade de evolução da produção, a custos menores. A inovação foi introduzir a previsibilidade para a produção plurianual da cultura. Assim, com diretrizes claras de política, o setor poderá planejar suas atividades com elevado grau de assertividade e aumentar a renda na produção de café.

Os macro-objetivos traçados visam elevar a produção de forma a garantir a manutenção da participação brasileira no mercado mundial do café em 35%, além do aumento gradativo do consumo no mercado interno.

A meta é aumentar a produção nacional média por hectare do parque cafeeiro, sem acréscimo da área de cultivo, atualmente em 2,1 milhões de hectares, das atuais 21,1 sacas para 27,7 sacas por hectare.

Os investimentos serão para a introdução de tecnologias como a irrigação e fertirrigação, com uso de cultivares mais produtivas, adensamento das árvores, mecanização da lavoura, especialmente a de montanha, entre outros.

A ênfase consiste em desenvolver forte processo de capacitação de técnicos e agricultores, com vistas à consistente melhoria da qualidade de produtos e de processos. A prioridade é a certificação das propriedades, com o fortalecimento da gestão e comercialização mais eficaz, para acrescentar renda ao cafeicultor.

A promoção do café brasileiro terá como plataforma os eventos de alcance mundial, como a comemoração dos cinquenta anos da Organização Internacional do Café (OIC) no próximo ano, a se realizar no estado de Minas Gerais. Existem, ainda, as realizações da Copa das Confederações, em 2013, da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. Voltadas para a melhoria da imagem do café brasileiro, as ações de marketing estarão baseadas nos conceitos estruturantes de diversidade, origem, qualidade e sustentabilidade, que irão consolidar a estratégia brasileira até o ano de 2015, mas já com foco em 2020.

A utilização mais eficiente de linhas de financiamento com recursos do Funcafé, estabelecidas em R$ 2,1 bilhões pelo Conselho Monetário Nacional para 2012, constitui um sólido alicerce. São recursos para custeio, estocagem, capital de giro para as indústrias de café solúvel e de torrefação, para a recuperação de cafezais, além dos créditos para composição de dívidas e despesas, com aquisição de contratos de opções e de operações em mercados futuros referenciados em café e administrados por bolsas de mercadorias e de futuros.

Horizonte de negócio

De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC), a previsão de consumo mundial do grão deverá alcançar entre 156,7 e 172,8 milhões de sacas de 60 quilos, em 2020. Até lá, o potencial de consumo poderá igualar-se ou mesmo superar a produção, com expectativa de manutenção dos preços em patamares elevados.

A cafeicultura possui como característica a bianualidade da colheita. Isso causa volatilidade nas cotações e dificuldade para estabelecer ações de médio e longo prazo, em especial para os cafeicultores de pequeno porte, responsáveis por cerca de 83,4% dos 287 mil estabelecimentos produtores no País e por cerca de 48,1% do volume da produção nacional, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a produção dispersada por quinze estados brasileiros, embora concentrada em seis deles, o café é responsável por expressivas exportações nos últimos anos: a receita de US$ 8,7 bilhões, em 2011, representou 9,2% das exportações do agronegócio brasileiro, que deverão repetir-se neste ano.

Brasil: Estabelecimentos com mais de cinquenta pés de café Arábica e Robusta (2011)

Hectares	Nº de estabelecimentos		Área plantada (ha)		Produção (mil sacas)		Produtividade
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	(sc/ha)
0 a 10	220.554	76,9	845.966	37,1	15.284	35,1	18,1
10 a 20	18.306	6,4	310.735	13,6	5.647	13,0	18,2
20 a 50	9.813	3,4	363.358	16,0	7.508	17,3	20,7
50 a 100	2.781	1,0	232.034	10,2	5.235	12,0	22,6
> 100	1.656	0,6	396.617	17,4	9.811	22,6	24,7
Sem declaração	33.733	11,8	129.392	5,7	0	0,0	-
Total	**286.843**	**100,0**	**2.278.103**	**100,0**	**43.484**	**100,0**	**-**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. In: Censo Agropecuário 2006
Área plantada e produção final estimada pela Conab em 2011

A ótica de custos de produção

Ricardo Lima de Andrade*

A cafeicultura nacional é uma importante atividade econômica, conduzida em propriedades de vários tamanhos, em especial nas de pequeno porte. É uma das principais culturas empregadoras e fixadoras do homem no campo, com impacto ambiental relativamente baixo.

O planejamento da propriedade cafeeira, mesmo de base familiar, além da adoção das melhores práticas agrícolas, passa pelo acesso à assistência técnica, crédito e informações mercadológicas. É preciso administrar as diferentes formas de aquisição de insumos e a comercialização da safra, com controles e análises dos custos de produção, de modo a avaliar a competitividade integral da exploração.

Os custos econômicos consideram as despesas de produção (desembolsos), a remuneração do capital investido (custo "não caixa") e a oportunidade de aplicar os recursos em outras atividades. É um acompanhamento indispensável, porque o preço das *commodities* é definido pela oferta e demanda. Para o produtor, resta a opção de ajustá-los para garantir resultados econômicos viáveis.

No Brasil, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acompanha em diversas regiões produtoras, desde 2003, os custos de produção do café, o que serve como importante referencial para:

- Executar-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- Acompanhar-se a rentabilidade da lavoura;
- Analisar-se os pleitos dos produtores e suas organizações;
- Apoiar-se a formulação de políticas agrícolas.

A rentabilidade do café Arábica, nos últimos dez anos, a tomar por base as várias regiões produtoras de café dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia, merece uma análise mais acurada. Para tanto, foram calculados os custos totais de produção, obtidos a partir das produtividades médias dos sistemas de produção, que variaram de 23 a 30 sacas beneficiadas por hectare, como reflexos das diversas tecnologias e práticas agrícolas.

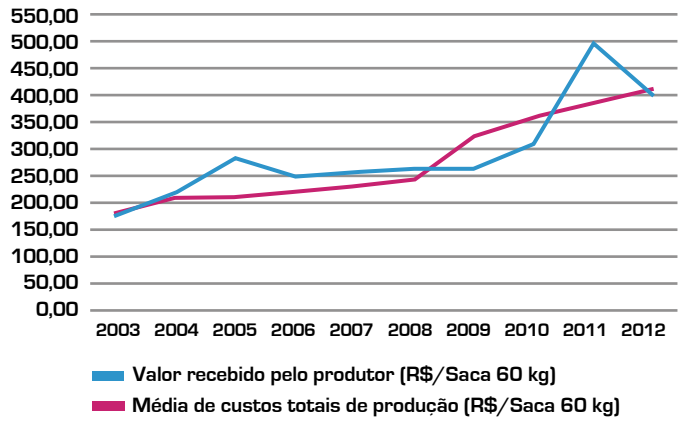
Com diversidade de sistemas de produção a refletir as múltiplas tecnologias empregadas, mediante adoções díspares da mecanização e graus diferentes de organização da classe produtora, a cafeicultura, de modo geral, reagiu de diferentes formas ao longo da primeira década deste século.

Para viabilizar a rentabilidade de parte da cafeicultura, em detrimento da sua grande maioria, ocorreram alguns fatores, como a busca por maior produtividade e qualidade, o acesso às informações mercadológicas e a implantação gradativa da mecanização das operações, em especial da colheita.

Após 2010, a recuperação consistente dos preços do café permitiu ampla melhoria da rentabilidade. Além disso, houve boa disponibilidade e capilaridade de recursos. Isso contribuiu para o fortalecimento do sistema produtivo. A preocupação voltou-se para os cafeicultores sem as mesmas oportunidades de mecanização, em especial aqueles da montanha, representantes de grande parcela da cafeicultura nacional.

De qualquer forma, melhores preços recebidos significam maior uso de tecnologia e aumento do parque cafeeiro. O significado disso, no futuro, pode traduzir-se em mais produção, com um quadro de custos de difícil arrefecimento. Daí a necessidade de desenvolvimento contínuo das pesquisas e melhor organização setorial, para a formulação e aplicação de políticas públicas inteligentes, que confiram renda ao cafeicultor, questão básica para uma atividade ser sustentável.

Evolução dos custos de produção e dos preços do café no Brasil



Fonte: Custo de Produção – Conab
Preços do café – Cepea - Esalq/USP - Café Arábica Tipo 6 - Bebida Dura para Melhor

Análise dos custos de produção de café
Início dos anos 2000
• Custos totais de produção superiores aos preços recebidos, o que representou um dos períodos difíceis da cafeicultura.
De 2004 a 2008
• Política cambial em constante apreciação; já a rentabilidade em recuperação, porém com resultados relativamente pequenos.
2008 a 2010
• Significativo aumento dos custos, em especial da mão de obra nos tratos culturais e na colheita, que é intensiva durante três a quatro meses bem definidos do ano.
• Continuidade do câmbio apreciado e menor competitividade internacional dos cafés brasileiros, com menor preço recebido pelos produtores a nível interno.

*Diretor da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec), de Franca-SP

Mercado cafeeiro e suas perspectivas

Marcus Magalhães*

Este ano deverá entrar para os anais da cafeicultura brasileira como o exercício em que a realidade produtiva chocou-se, brutalmente, com a especulação, sem precedentes. Tivemos de administrar problemas específicos e as consequências da crise global no setor.

Foram suposições de toda ordem e sabor. Desde uma possível queda do consumo global a problemas com liquidações de compras realizadas no exterior. O ambiente de estresse foi notório durante os 365 dias do ano. A cada notícia construtiva no quadro fundamental, outra negativa era colocada nas mesas de operação ao redor do mundo.

Vamos por partes

Como parte do lado produtivo, começamos com a entrada de safra atípica no Brasil, estoque baixo (*carry over*) e cenário climático adverso no cinturão produtivo, em plena boca de colheita. É sempre bom lembrar a ligação íntima da qualidade da produção com o fator climático. Assim, os primeiros lotes de café colhidos ficaram muito depreciados em função do excesso de chuva e umidade em grande parte da região produtora. Esse foi, sem dúvida, o primeiro solavanco do ano.

Em seguida, tivemos a renda apurada nas lavouras, e ela estava longe do ideal projetado pelo setor produtivo. De certa forma, isso representou um "fantasma", que assombrou o grande mundo consumidor. Ficou evidente a real possibilidade de acontecer uma safra aquém do esperado, tanto em qualidade, quanto em volume.

À medida que o tempo corria, essa realidade frustrante tomou corpo crescente no imenso interior produtivo e respingou no comportamento da Bolsa de Nova York. Como resultado, tivemos cotações surpreendentes, próximas a 200,00 cts/lb, em plena safra cafeeira do Brasil.

Na verdade, os patamares elevados alcançados em Nova York conseguiram testar níveis interessantes. Isso era reflexo direto da realidade do ano safra. Especulações das mais extremas e variadas invadiram os terminais internacionais e pesadas realizações de lucros ficaram notórias.



SXC.HU

Informações volumosas iam desde a possibilidade de grande safra no Brasil no próximo ano safra até o agravamento da crise internacional. Tudo servia de desculpa para batidas e blefes.

Falar em grande safra produtiva naquele momento parecia ser muito prematuro e sem sentido. A própria bianualidade do cafezal não possibilita prever essa situação. Além disso, a cada ano, o fator climático fica mais imprevisível e impede a segurança produtiva para qualquer ativo agrícola comercializado.

Em resumo, esse tsunami presenciado em Nova York para o café, em final de outubro e início de novembro, foi totalmente descabido e sem precedentes, se olharmos para o quadro fundamental.

Não podemos esquecer as mudanças em curso no mundo. Os erros cometidos no passado, muitos deles grosseiros, serão difíceis de ser novamente repetidos. As falhas que referimos começam, em primeiro plano, pela falsa ideia dos operadores internacionais de que o produtor brasileiro é desinformado e descapitalizado. Ao contrário, hoje, o setor cafeeiro no Brasil é um dos mais sólidos e informados do mundo.

O mundo mudou

Como sobram e estão disponíveis recursos a custos extremamente baixos no sistema financeiro, o setor do café conta com grossa gordura financeira, que é suficiente para uma longa hibernação à espera de preços melhores.

Agora, do ponto de vista retrospectivo, o pior erro estratégico que cometemos no passado recente foi a transferência dos estoques nacionais para portos consumidores. Isso aconteceu por volta de 2002/2003, quando tivemos um câmbio no Brasil que chegou a testar os R$ 3,00. Naquela época, vendemos o dólar e entregamos o café de cortesia. E, muito pior, demos munição aos importadores para assumir sozinhos o poder de decisão de onde, quando e a que preço iriam comprar o café brasileiro. O Brasil está pagando, até os dias atuais, essa falta de visão.

Temos a concepção de que, quando se tiver na origem produtora o poder da decisão de venda aliado a um bom suporte financeiro dado aos produtores, o setor conseguirá, de vez, confirmar a máxima que diz que café não se vende, mas, sim, é comprado.

A partir desse princípio, acreditamos que essa é a nova realidade do setor café no Brasil, maior origem produtora do mundo. Temos a convicção de que, independentemente do triste cenário presenciado em Nova York para o café, teremos, sim, tempos vindouros de boas remunerações e progresso no país sempre chamado de celeiro do mundo, o Brasil.

*Diretor da Maros Corretora

Simplificar o regime de tributação

Breno Mesquita*



A competitividade das cadeias produtivas do agronegócio sofre o impacto direto do sistema de tributação. Em caso de países com elevada carga tributária, essa competitividade é diminuída, desde que existam mecanismos adequados de compensação, como a não incidência, isenção ou suspensão dos tributos.

No Brasil, até 2011, a cadeia produtiva do café atuou sob um regime tributário distorcido. E, então, na busca de uma suavização das distorções entre os setores, algumas alterações foram estabelecidas a partir de 2012.

No mercado cafeeiro, as cooperativas de café compram e processam aproximadamente 33% da oferta do produto. Os exportadores adquirem 35% da oferta de café e os 32% restantes são produzidos e vendidos diretamente à indústria por produtores independentes.

A legislação do PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) concedia tratamento não uniforme aos diferentes agentes da cadeia. Com isso, os produtores independentes – pessoas físicas e maquinistas/cerealistas – sofriam concorrência desleal frente às cooperativas e os exportadores, quando da venda de seu café para a indústria de torrefação e moagem.

A indústria de torrefação, ao comprar do produtor rural – pessoa física ou maquinista/cerealista –, creditava apenas 35% do PIS/COFINS incidente sobre a alíquota de 9,25%. Além disso, os produtores tinham a utilização do crédito presumido limitada às operações de mercado interno.

Caso a compra fosse realizada por meio das cooperativas ou exportadoras, a indústria creditava 100% do PIS/COFINS da mesma alíquota de 9,25%. Essa situação gera desinteresse pela compra direta do produtor rural e uma preferência pelas aquisições via as cooperativas e as exportadoras.

Como a competitividade de alguns agentes atuantes no mercado era prejudicada pela diferenciação adotada, incentivava-se a criação de empresas dos elos que mais se beneficiavam do sistema tributário implantado.

A concorrência de mercado também era afetada, pois surgiam novas empresas exportadoras, motivadas pelo direito ao crédito tributário com liquidez garantida nas operações com o mercado interno: o segmento conseguia vender o café a um valor mais competitivo.

Outra lacuna do antigo modelo era que algumas cooperativas não realizavam o processo industrial e utilizavam integralmente o crédito. Além de estimular o surgimento de "empresas-laranja", observava-se a exclusão das pequenas empresas.

Assim, não faltavam motivos para reformular o sistema tributário incidente sobre a cadeia produtiva do café no maior país produtor e exportador do mundo.

*Presidente da Comissão Nacional do Café da CNA

Novo modelo de tributação

Em 26 de março de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.599, de 23 de março de 2012, que, entre outras medidas, alterou a incidência da contribuição para o PIS/COFINS na cadeia, com a suspensão da cobrança dos impostos sobre a venda do café verde.

O novo sistema favorece a concorrência e estabelece créditos presumidos, tanto para a exportação e a cooperativa, quanto para a indústria torrefadora. O recolhimento do PIS/COFINS passa a recair sobre a indústria de torrado ou moído, que terá direito a um crédito presumido equivalente a 80% do valor da compra.

Um dos grandes benefícios da mudança do regime de tributação constitui o retorno da comercialização direta entre produtor rural/pessoa física e indústria. Como a isonomia tributária é igual à das cooperativas e exportadoras, o produtor ou maquinista pode transferir para a indústria 100% do credito do PIS/COFINS.

Dessa maneira, será possível apurar crédito presumido da contribuição para o PIS/COFINS no percentual conjunto de 0,925% sobre as receitas de exportação de café cru, adquirido com suspensão das contribuições. No caso da torrefação, o percentual do crédito presumido das contribuições, calculado sobre as aquisições de café cru, é aumentado de 3,2375% para 7,40%. O percentual é o mesmo, não importando se a aquisição é realizada por pessoa física ou por pessoa jurídica.

A tributação passa a focar o tipo de produto e não mais a natureza da empresa produtora ou comercializadora de café. Além disso, o crédito presumido pode ser aproveitado no próprio mês ou nos meses subsequentes.

Com a simplificação do regime de tributação, abre-se oportunidade para a indústria buscar diferenciação por qualidade, mediante a identificação, valorização e comercialização direta com o produtor, em uma relação sinérgica.

A simplificação do processo de cobrança dos impostos, a diminuição da sonegação e o aumento da arrecadação federal, sem acréscimo na carga tributária, trazem competitividade para a cafeicultura brasileira.

Brasil, o país da sustentabilidade do café!

Edilson Alcantara*



Expertas ou não em café, muitas pessoas, por tempos, sabiam e propagavam que o Brasil focava sua produção em quantidade e não em qualidade. Verdade seja dita, isso ocorreu, no passado. Contudo, especialmente nas últimas duas décadas, diversas medidas foram adotadas para que esse cenário tomasse novo rumo.

A iniciativa privada assumiu uma postura que mudou, creio que definitivamente, os caminhos da cafeicultura brasileira, com a busca pela excelência do produto final e as sustentabilidades ambiental, social e econômica passando a ser objetivos – e objetivos muito bem cumpridos, por sinal!

Ocorre que, ainda assim, a imagem do nosso café permanecia vinculada à quantidade, no exterior, com sua excepcional qualidade caminhando à margem das negociações. Razões? Não cabe aqui o mérito, mas o fato é que nunca se pensou em um trabalho conjunto de promoção dessa paixão nacional. E é aí que chegamos a "Brasil, País do Café"!

Visando unificar as estratégias individuais bem implementadas pelo setor privado e aliar-nos aos anseios do governo federal, pela primeira vez na história, traçamos objetivos comuns para a promoção dos cafés do Brasil. Refiro-me à supracitada campanha "Brasil, País do Café", que foi costurada consensualmente por todos os elos da cadeia produtiva e pretende agregar valor ao produto, especialmente com os olhos voltados para os eventos esportivos que ocorrerão em solo brasileiro, como a Copa, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

Esta campanha se sustentará sobre quatro pilares: origem, diversidade, qualidade e sustentabilidade. Por meio dessa estrutura, pretendemos "vender" o Brasil como o país do café – assim como já feito com a caipirinha –, expondo ao mundo que produzimos todos os tipos e variedades que o mercado necessita e clama, especialmente em função de nossas condições naturais favoráveis ao cultivo, como clima e geografia, e, também, à infraestrutura disponível para o processamento do produto.

Ou seja, mostraremos a todos que o Brasil possui diversas regiões produtoras de café, cada qual com suas peculiaridades, e que os tipos e, em especial, a qualidade da produção são os nossos diferenciais. Com a campanha "Brasil, País do Café", vamos reforçar nossa imagem nessa linha, com ênfase particular nas variedades destinadas aos cafés especiais, afinal somos o principal provedor de cafés diferenciados do mundo.

Para a consolidação dessas ideias, trabalharemos com agências de publicidade para, nesse primeiro momento, apresentar as produções de qualidade e sustentabilidade do café brasileiro durante os próximos eventos mundiais que acontecerão aqui. Certamente, essa iniciativa nos fortalecerá e nos consolidará como um fiel fornecedor de quantidade, sim, mas, principalmente, de qualidade, justificando-se um posicionamento de longo prazo para todo o café do Brasil.

*Diretor do Departamento do Café do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Certificação da produção

A estratégia de certificações fortalece a sustentabilidade. Atualmente, o Brasil é o país que mais possui propriedades certificadas no mundo e segue como exemplo, como aconteceu na última reunião da OIC, quando apresentamos os modelos de produção integrada do café e da certificação adotada pelo governo de Minas Gerais com o Certifica Minas.

Para buscar a sustentabilidade, temos que apostar, ainda, em modelos que protejam a renda do produtor, para que ele não fique sempre sujeito às variações dos preços no mercado. Todos os agentes, exportadores, cooperativas e produtores, têm que participar para fortalecer a formação de preços no Brasil. Atualmente, todo o sistema, inclusive os bancos, não está preparado para a mitigação dos riscos. Não podemos deixar que um setor – aliás, um dos mais importantes na história do Brasil – ainda esteja sujeito a especulações externas.

Na última reunião da OIC, em Belo Horizonte, o Brasil, particularmente o estado de Minas Gerais, foi escolhido por aclamação para sediar as comemorações do cinquentenário da organização. Mais de setenta países virão ao Brasil, e teremos a oportunidade de mostrar o quanto somos um povo receptivo e alegre, mas o mais importante: temos que demonstrar que temos um setor coeso e forte, pensando no nosso amanhã.

Campeão do agronegócio

Flávia Bessa*

O Brasil é responsável por cerca de um terço da produção mundial de café. Com posição mantida há 150 anos, o País é, de longe, o maior produtor. Além de campeão mundial na exportação do produto, ocupa a segunda posição entre os países consumidores da bebida. Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), o consumo *per capita*, em quilos por habitante, entre 2001 e 2012, saltou de 4,9 para 6,4. Esse aumento é atribuído à melhoria na qualidade do café destinado ao mercado nacional, bem como ao aumento do poder aquisitivo da população.

Essa sucessão de vitórias é resultado da ação de um time coordenado, formado por quase 300 mil propriedades de café, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sintonia com o Consórcio Pesquisa Café, criado há quinze anos por iniciativa de dez instituições ligadas à pesquisa e ao café:

- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);
- Instituto Agronômico (IAC);
- Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR);
- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio);
- Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O programa de pesquisa é coordenado pela Embrapa Café – unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao MAPA. As pesquisas realizadas contam com o apoio e o financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), do MAPA.

Inovação é o lema - Com cinquenta instituições, o modelo de gestão do Consórcio Pesquisa Café incentiva a interação entre as instituições e a união de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais. Cerca de mil projetos permitiram a geração de conhecimentos básicos, produtos, processos e tecnologias. Essa expertise dobrou a produção de café no País, sem aumento da área cultivada.

Novas cultivares - As pesquisas de melhoramento genético propiciaram o desenvolvimento de trinta e seis cultivares resistentes às principais pragas e doenças, com alta produtividade, melhoria na qualidade dos frutos e incremento na produção. No IAC, foram geradas sete; na EPAMIG, em parceria com a UFV, oito; no Incaper, três; no IAPAR, treze; na Embrapa Café e no Procafé, quatro; na Embrapa Rondônia, uma cultivar.

Sequenciamento do genoma café - Realizado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e outras instituições, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), resultou na construção de um banco de dados com mais de 200 mil sequências de DNA. Isso permitiu a identificação de mais de 30 mil genes, responsáveis pelos diversos mecanismos fisiológicos de crescimento e desenvolvimento do cafeeiro.

O conhecimento e utilização do código genético torna possível o desenvolvimento de cultivares mais produtivas e com melhor bebida, tolerantes a variações climáticas e resistentes ao ataque de pragas e doenças. Os resultados são o aumento da produtividade, a redução do custo e a proteção ambiental. As bebidas ganham qualidade em aroma, sabor e propriedades nutracêuticas, propiciando mais satisfação e saúde para o consumidor.

Uma das tecnologias decorrentes do genoma café são os sistemas para expressão dirigida de genes em raízes e em tecidos foliares. São dois promotores obtidos de plantas de café que permitem direcionar e controlar a expressão de genes a eles associados: o Promotor CaIsoR, que atua nas folhas, e o Promotor Caperox, que age nas raízes em resposta a um estímulo externo, oferecendo total controle do tipo de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) produzido. Esse trabalho foi desenvolvido em parceria com o IAC e a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) identificaram um gene do café Arábica que, quando transferido para outra planta – *Arabidopsis thaliana* –, torna esta altamente tolerante à seca. O gene, agora, está sendo testado em outras plantas de interesse agronômico, como soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, arroz e algodão.

Biofábricas - Desenvolvida pela Embrapa Café, em parceria com a Fundação Procafé Técnica, a técnica permite a multiplicação de plantas híbridas *in vitro*, com a redução de trinta para dez anos do tempo de desenvolvimento de novas cultivares. A produção rápida e em larga escala de mudas clonadas de alto valor agregado confere mais competitividade para o café brasileiro. O projeto inclui avaliação da viabilidade econômica da tecnologia, medindo-se os custos de produção industrial em todo o processo de produção.

Estresse hídrico – Desenvolvido pela Embrapa Cerrados, submete as plantas a uma suspensão da irrigação por um período de setenta e dois dias, com uniformização de florescimento e maturação. Apesar de não onerar o produtor, a prática melhora a qualidade do fruto e reduz os custos de água e energia, em média de 33%, gerando economia no processo de colheita. O processo tecnológico permite a obtenção de 85% ou mais de frutos cerejas no momento da colheita, de modo a maximizar a produção de cafés especiais. Além disso, garante uma redução de 20% para 10% de grãos mal formados e de 40% na operação de máquinas.

Sistema de Limpeza de Águas Residuárias (SLAR) - Desenvolvido pela EPAMIG, Incaper e Embrapa Café, remove os resíduos sólidos da água provenientes do processamento de frutos. Esse sistema é constituído por caixas de decantação interligadas e peneiras estáticas. Após a remoção dos resíduos sólidos, a água é conduzida para a caixa de abastecimento para reutilização no processamento ou direcionada à fertirrigação da cultura. Os resíduos sólidos retirados poderão ser utilizados na produção de adubos orgânicos. Entre as vantagens do sistema, estão a economia de 90% do consumo de água e o baixo custo para instalação e manutenção.

Geotecnologias – Estudadas pela EPAMIG e Embrapa Café, subsidiam o planejamento da atividade, tendo em vista a competitividade e a sustentabilidade da produção. O sensoriamento remoto e os sistemas de informação geográfica

auxiliam na caracterização ambiental dos agroecossistemas, fornecem análise integrada das informações e ajudam a entender as relações entre os sistemas de produção e o ambiente. Pela análise espacial, é possível delimitar territórios e identificar os fatores influenciadores na qualidade do café, o que é imprescindível para a obtenção de Indicações Geográficas (IGs).

Poda do Conilon - Desenvolvida pelo Incaper, favorece a longevidade do cafezal e aumenta a produtividade. Adotada pelos produtores do Espírito Santo, a tecnologia chegou a Rondônia e Minas Gerais. A poda consiste na eliminação das hastes verticais e dos ramos horizontais improdutivos, para que nasçam outros mais vigorosos. Nesse processo, os ramos estiolados e o excesso de brotações também são eliminados. Entre os benefícios, estão a redução média de 32% de mão de obra; a padronização do manejo da poda; uma maior facilidade para realização da desbrota e dos tratos culturais; uma maior uniformidade das floradas e da maturação dos frutos; uma melhoria no manejo de pragas e doenças; um aumento superior a 20% na produtividade média da lavoura; uma maior estabilidade de produção por ciclo; e uma melhor qualidade final do produto.

Tecnologias pós-colheita – Desenvolvidas com a liderança da UFV, são alternativas para a agricultura familiar produzir a custos compatíveis com um café de qualidade superior, com economia de tempo, com redução de custos e maior rendimento operacional e com mão de obra empregada. São compostas por um terreiro-secador híbrido, abanadora, silo secador e lavador portátil.

Alerta Geada – Disponibilizado pelo IAPAR para proteção das lavouras novas, de seis meses a dois anos, ele traz benefícios aos cafeicultores desde 1995. Quando há previsão de geada, um alerta é disparado para os produtores cadastrados no projeto e, também, na mídia. Com a previsão da geada, os produtores são orientados a fazer o chamado "enterro" das plantas, que devem ficar cobertas por, no máximo, vinte dias, protegidas contra as geadas de nível moderado a forte. O sistema dispara o aviso no começo de todo inverno com o primeiro resfriamento, para outra técnica: a "chegada de terra", que consiste em amontoar a terra na base das plantas para protegê-las do frio. Com isso, evitou-se dispor de cerca de R$ 21 milhões em prejuízos aos produtores de café no Paraná.

Café adensado - Essa contribuição do IAPAR possibilitou a retomada da produção ao Paraná, aniquilada na grande geada de 1975. O adensamento de plantio já é utilizado em 70% da área cafeeira paranaense. A proposta é o cultivo de pequenas lavouras (a maioria dos cafeicultores paranaenses é de produtores familiares) e consiste em reduzir o espaçamento entre as ruas (de 4 m para até 1,5 m) e entre as plantas (de 1,5 m para até 0,5 m).

Mesmo com essas e muitas outras tecnologias disponíveis, a importância do agronegócio café para o Brasil implica permanente pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica. O trabalho do Consórcio Pesquisa Café mostra-se imprescindível para manter as diretrizes da pesquisa cafeeira no País e para a integração de diversos atores na busca constante pelo melhoramento da qualidade, sustentabilidade e competitividade do café brasileiro no mercado nacional e internacional.

Maiores informações

Gerência de Transferência de Tecnologia da Embrapa Café. http://www.embrapa.br/cafe

*Jornalista da Embrapa Café

Especulação *versus* fundamento

Nas últimas temporadas, o ambiente de tensão nas bolsas internacionais dá força aos movimentos especulativos. A movimentação brusca e a volatilidade das cotações provocadas pelas tomadas de decisão repentinas dos fundos geram insegurança constante. O café é um exemplo emblemático desse nevosismo, pois, embora o seu cenário mostre uma solidez forte do ponto de vista dos fatores que lhe dão fundamento, a inquietação persiste.

Existe uma pressão natural nos patamares de preços do produto, pelo seu maior custo de produção em decorrência das exigências do consumidor em termos de sustentabilidade e qualidade. A dinâmica e a movimentação dos *players* sofreram transformações estruturais profundas. Os tradicionais diferenciais de venda entre a cafeicultura brasileira e a Bolsa de Nova York ficaram mais estreitos. Agora, como os compradores irão comportar-se ou reagir perante essa nova situação é outra particularidade.

Certamente, a conjuntura econômica oficialmente em recessão nos vinte e sete países da União Europeia, e não apenas nos dezessete da Zona do Euro, dramatiza a situação. Já o Japão não consegue reanimar a sua economia, que voltou a cair. Por sua vez, embora menores do que os impactos causados pelo furacão Katrina em 2005, os Estados Unidos contabilizam os estragos causados pela passagem do furacão Sandy, que ocorreu na região responsável por 20% do Produto Interno Bruto nacional.

Esse contexto externo age a favor dos interesses pela derrubada das cotações do café, mesmo diante dos números divulgados recentemente pela Organização Internacional do Café (OIC), que continuam a apontar estoques criticamente baixos e

Mundo: Estimativa da safra 2011/12 de café	
Mês	Milhões de sacas
Dezembro/2011	127,4
Janeiro/2012	132.4
Fevereiro/2012	130,9
Março/2012	128,5
Abril/2012	131,0
Maio/2012	131,4
Junho/2012	131,9
Julho/2012	131,4
Agosto/2012	131,4
Setembro/2012	132,7
Outubro/2012	134,4

Fonte: OIC.
Ano safra: outubro a setembro

equilíbrio precário entre produção e consumo mundial. É um balanço mais equilibrado em relação ao ano passado, quando os preços bateram níveis históricos e superaram a barreira de US$ 3 a libra-peso na Bolsa de Nova York. Mas, ao longo deste ano, as previsões da OIC para a safra 2011/12 pouco oscilaram para justificar instabilidade no mercado.



SXC.HU

Segundo a OIC, a safra mundial 2011/12 foi de 134,3 milhões de sacas para um consumo recorde de 139 milhões de sacas, 1,4% superior a 2010. Para o período 2012/2013, a entidade projeta para a safra mundial um volume inusitado, em torno de 146 a 148 milhões de sacas. Estes números, ainda preliminares, foram puxados principalmente pela atual safra brasileira, de bianualidade positiva. Com muitos países produtores ainda em período de colheita, caso se confirme esse cenário, haverá pequeno excedente, o necessário para compensar o decréscimo da produção mundial em 2013/14, diante da safra de ciclo baixo no Brasil.

Estratégia na comercialização

Não há razões para pânico na comercialização da safra 2012/13. A qualidade da comercialização brasileira melhora a cada temporada, com mais informações e frieza. Evidentemente, cada negócio demanda análise e posição firme. As operações fluem e uma queda nos embarques não assombra. Com equilíbrio na oferta e demanda, não há razões para uma corrida desenfreada de venda da produção. O agricultor desfaz-se de suas mercadorias conforme a necessidade de caixa. O Governo e as lideranças do setor devem precaver-se quanto ao vencimento nos créditos para os próximos meses, com facilidades de acesso a recursos para estocagem. Esse é o teste.

Mesmo com menor remuneração em relação à temporada passada, os produtores brasileiros olham com carinho o estado das plantações. Com as informações à disposição, eles podem aguardar a chegada da próxima safra, diante da expectativa de existirem baixos estoques de passagem. A recomendação é manter as inversões nos cafezais, para ganhar mais produtividade e qualidade, de modo a mitigar o impacto de custos de produção e na mão de obra.

Organização Internacional do Café

Em 2013, Belo Horizonte, em Minas Gerais, sediará o maior evento internacional da cafeicultura. A escolha foi por unanimidade, na 109ª reunião da Organização Internacional do Café (OIC), de setembro, em Londres. É a primeira vez que o Brasil será a sede de uma reunião da entidade, que completará cinquenta anos em 2013.

Criada em 1963, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), a OIC é o principal fórum intergovernamental sobre questões do café, sendo integrada por setenta países-membros, dos quais trinta e oito são exportadores e trinta e dois, importadores. Juntos, em termos globais, respondem por 97% da produção e 80% do consumo do grão.

A OIC promove a melhoria da qualidade, fomenta a expansão do consumo e coordena projetos de desenvolvimento que agregam e aprimoram a comercialização. Além disso, assegura a transparência do mercado, com a disponibilidade de informações objetivas e abrangentes sobre o setor, por meio de dados estatísticos e estudos de mercado.

Acordo global de 2011

Em setembo, o Diário Oficial da União publicou o Acordo Internacional de Café, firmado em fevereiro de 2011, que regula a cooperação internacional de questões relativas ao café e terá vigência por dez anos, podendo ser prorrogado por mais oito. Fazem parte do seu objetivo:

• Elaboração e financiamento de projetos de desenvolvimento, com estabelecimento de um fórum consultivo;

• Acesso a informações sobre gestão financeira e de risco;

• Transparência aos números compilados pela OIC;

• Comitê de promoção e desenvolvimento de mercado, para campanhas de informação, pesquisa, capacitação e estudos relacionados à produção e ao consumo;

• Comitê de projetos responsável pela análise das ações de pesquisa a ser discutidas no âmbito da OIC.

O Acordo de 2007 é o sétimo desde 1962, assinado pelos setenta e sete países-membros do Conselho Internacional do Café, incluindo Vietnã e Colômbia, importantes produtores mundiais de café.

O diferencial da certificação

De acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), nos últimos dez anos, a quantidade de fazendas cafeeiras certificadas saltou de cerca de 400 para mais de 35 mil. Praticamente em torno de 10% das 350 mil propriedades produtoras da rubiácea contam com alguma forma de certificação ou integram programas de sustentabilidade.

Nas cadeias produtivas do agronegócio, o avanço da certificação e a rastreabilidade constituem um processo generalizado e uma tendência crescente, frente à necessidade de se gerar produtos de boa qualidade.

Especialistas estimam aproximadamente 2.250 propriedades cafeeiras com certificação UTZ, Rainforest e Certifica Minas. Cerca 4.500 fazendas participam de programas de sustentabilidade, sem a exigência de selo da organização auditora. 6 mil famílias são beneficiadas pelo Fair Trade e 13 mil fazendas são reconhecidas pela plataforma 4C. Quase 16 mil propriedades possuem outro processo de certificação, além de 4 Indicações Geográficas, que delimitam microrregiões com clima e fatores característicos e referenciados internacionalmente: Cerrado Mineiro, Serra da Mantiqueira, Alta Mogiana (região paulista de Franca) e Norte Pioneiro (no Paraná).

Os preços pagos por produtos certificados ganham, em média, prêmio de 20% a 30%. A certificação contempla três requisitos básicos: o econômico, o ecológico e o bem-estar da sociedade. As diversas formas de certificação, que representam o pilar da sustentabilidade da lavoura, levam em conta as boas práticas de produção do ponto de vista da gestão técnica e econômica.

Bebidas especiais

De 2008 a 2011, a quantidade de sacas de café consumida no Brasil passou de 17 milhões para 20 milhões, enquando as de especial ou *gourmet* foram de 500 mil para 1 milhão. Mesmo com o aumento na demanda interna, a qualidade do produto é o desafio, com exigência de grãos maduros para ser torrificados e, no máximo, 12 defeitos para cada 300 gramas. A *commodity* suporta grãos maduros, verdes e passados. De acordo com pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o quilo do especial varia de R$ 30,00 a R$ 180,00, enquanto o popular (consumido por 80% dos brasileiros) custa R$ 13,00 em média.

Com participação de um sexto da produção mundial, ganha espaço no mercado internacional o café especial brasileiro. De 2008 a 2011, os embarques passaram de R$3,5 milhões para R$5 milhões. Segundo a Associação Brasileira de Cafés Especiais, o efeito dos produtos de maior qualidade e valor agregado aparece na melhoria da imagem no mercado externo e a sustentação do preço da *commodity*, com o emprego de grãos nacionais para cumprir contratos futuros. ■



SXC.HU